**7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI): "Rumo à multipolaridade? Tensões, alianças e o lugar do Brasil na ordem global"**

**Data:** 6 de dezembro de 2024

**Local:** Porto Alegre/RS

**Área Temática:** Painel 12 – Mudanças climáticas, Energia e Infraestrutura

**Título**: AS RELAÇÕES BRASIL-CANADÁ E BRASIL-NORUEGA NO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA BRASILEIRO:
RELAÇÕES ENTRE POTÊNCIAS MÉDIAS E ENERGY DIPLOMACY

**Autor:** Alex Sidarta Guglielmoni[1]

**Co-autor:** Fernando Seabra[2]

[1] Mestrando de Relações Internacionais, junto ao PPGRI da UFSC.
[2] Professor Orientador junto ao PPGRI da UFSC.

## RESUMO

O Brasil ocupa um espaço geográfico expressivo em âmbito das Américas e em âmbito global, e se destaca pela composição da sua matriz elétrica renovável. O presente trabalho visa estudar as relações Brasil-Canadá e Brasil-Noruega no setor de energia elétrica, somado ao estudo das relações internacionais a partir das relações Estado-Estado, Estado-empresa e empresa-empresa em específico nas temáticas que envolvem o setor de investimento estrangeiro direto no Brasil (IED), no setor de energia elétrica. Este trabalho tem como objetivo identificar o desenvolvimento das relações Brasil-Canadá e Brasil-Noruega no setor energético a partir da conceituação sobre "*energy diplomacy"* e das relações entre potências médias. A partir do resultado do crescimento da maior interação econômica entre os atores das relações internacionais desde 1970 e com maior destaque a partir dos anos de 1990, afirma-se que a partir do crescimento da interdependência econômica e com a expansão da economia internacional, a diplomacia e as relações internacionais entre Estados trazem cada vez mais preocupações com as interações financeiras, de cunho monetário e consequentemente afeta as relações no âmbito de ralações no setor de energia. A partir desta afirmação encontrada entre os teóricos estudados, este estudo se embasa para estudar as relações do Brasil com dois países que possuem características semelhantes ao Brasil em alguns pontos, que possuem significativo investimento no setor de energia e energia renovável, que possuem uma matriz elétrica significativamente renovável em comparação aos demais países do mundo, que possuem investimentos expressivos no Brasil e atuam no setor de energia através de empresas.

**Palavras-chave**: Brasil; Canadá; Noruega; Potência Média; Energy Diplomacy; Energia Elétrica.

# 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda como tema o estudo das relações Brasil-Canadá e Brasil-Noruega na área de energia, no período de 2010 até 2022. Durante este período foi realizada uma proposta na agenda internacional no que diz respeito ao fomento e desenvolvimento de investimentos no setor de energia no mundo, com a agenda de migração da matriz elétrica dos países comprometidos com a agenda da ONU sobre sustentabilidade. Mais especificamente, em 2015 foram estabelecidos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pela Organização das Nações Unidas (ONU), esta ação estabeleceu uma agenda apresentada aos atores internacionais com o objetivo de construir e implementar políticas públicas até o ano de 2030. A partir deste contexto surgiu então a pergunta de ponto de partida: qual o grau de desenvolvimento das relações Brasil-Canadá e Brasil-Noruega na área de energia elétrica a partir da análise do IED e da presença de empresas destes países no Brasil?

Como problemática a partir da revisão bibliográfica coletada neste primeiro momento, observa-se que desde a década de 1970 a agenda de energia renovável tem ganhado espaço nas discussões de relações internacionais. Esta década foi marcada por duas crises energéticas e seus efeitos econômicos e políticos contribuíram para o processo de migração gradual da matriz energética e elétrica mundial. Dentre os países que mais se destacam em termos de matriz energética e matriz elétrica renovável, o Brasil assume significativo protagonismo em ambas as matrizes, e possui expressiva representatividade se comparado com a média global. A partir desta breve contextualização da agenda de energia nas relações internacionais, busca-se nesta pesquisa explorar o conceito de “energy diplomacy”, somada a perspectiva do Brasil como uma potência média nos estudos das suas relações com o Canadá e com a Noruega. Países estes que podem ser caracterizados como uma potência média, e que certamente possuem algumas características distintas entre si.

Este projeto tem como objetivo geral identificar o grau de desenvolvimento das relações Brasil-Noruega e Brasil-Canadá no setor de energia elétrica brasileiro. Para o alcance deste objetivo geral foram estabelecidos dois objetivos específicos:

a) identificar como as relações Brasil-Canadá e Brasil-Noruega, são impulsionadas a partir das características de potências médias destes países;

b) identificar como as empresas multinacionais canadenses e norueguesas participam do processo de desenvolvimento das relações com o Brasil no setor de energia elétrica;

Para a realização deste trabalho inicialmente pesquisou-se sobre obras e autores que tratam sobre a energia e as relações internacionais, a partir desta tarefa foi realizado uma coleta a partir do repositório de dissertações e teses da CAPES e pesquisa em outras plataformas de artigos internacionais. Outra fonte de material sobre energia e relações internacionais foi a pesquisa de livros sobre o tema e uma pesquisa na Scopus utilizando palavras-chave como: relações internacionais, energia, diplomacia, política externa, Brasil-Canadá e Brasil-Noruega.

Foi realizada uma coleta de dados secundários das seguintes instituições: Ministério de Relações Exteriores (MRE), Nações Unidas (ONU), UNESCO, Banco Central (Bacen), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), International Renewable Energy Agency (IRENA), Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). A coleta destes dados foi realizada até o mês de março de 2024, os dados foram armazenados e tabulados como tabelas dinâmicas para facilitar a pesquisa dos dados. Os dados coletados a partir do BACEN permitiram a análise de investimento estrangeiro direto no Brasil, por ano, por setor, sendo o importante para esta pesquisa o setor de energia, assim como o valor total investido por país. Os dados coletados na CCEE permitiram a análise do *market share* de geração, comercialização e consumo de energia elétrica no Brasil, proporcionando a observação dos valores em MWh, em percentual, em número total de empresa e número de instituições. Os dados da ANEEL foram utilizados para análise da matriz elétrica brasileira, total de empreendimentos de geração no Brasil por fonte de energia, capacidade de geração, empresas proprietárias e localização.

O primeiro capítulo é composto pelo contexto teórico das relações internacionais, abordando estudos e conceitos da relação da energia dentro das relações internacionais e seus impactos nas relações entre os Estados. Visando trazer alguns conceitos que se conectam quando o tema de energia é estudado nas relações internacionais, trazendo os conceitos de “energy diplomacy” e potências médias.

Segundo capítulo traz a perspectiva de análise das relações internacionais a partir das relações empresa-empresa, empresa-Estado e Estado. Além de realizar um estudo de caso das relações Brasil-Canadá e Brasil Noruega no setor de energia, reunindo dados quantitativos expostos ao longo do capítulo em forma de gráficos, tabelas e figuras com o objetivo de proporcionar uma contribuição para uma análise qualitativa a respeito do desenvolvimento das relações do Brasil com estes dois países no setor de energia elétrica brasileiro.

Foram então encontradas duas hipóteses, sendo a primeira que as relações do Brasil no setor de energia com outros países não se limitam às relações com grandes potências econômicas dos últimos anos, sendo elas os EUA e China, assim como não se limita a realizar

relações no setor de energia com seus países vizinhos, onde seria um fator favorável a questão de proximidade geográfica na América do Sul. Por exemplo, o Paraguai que já possui aliança estratégica com o Brasil no setor de energia, a partir da usina binacional de Itaipú, não assume um papel de expressivo valor de IED no Brasil, mas sem a menor dúvida possui um fator estratégico de significativa importância na matriz elétrica brasileira. Observando as relações do Brasil, no setor de energia, na região da América do Sul, no caso da Argentina que é o maior parceiro econômico do Brasil na América Latina, este país não está entre os principais países que aplicam investimentos e relações empresariais no setor de energia no Brasil, mas é sem dúvida um país com posição estratégica para o Brasil em relação às fronteiras, segurança e enorme parceiro econômico do país. Sendo assim, a primeira hipótese encontrada é que países que possuem características de potência média são players importantes no setor de energia e que interagem entre si, como observado nas relações Brasil-Canadá e Brasil-Noruega. A segunda hipótese encontrada foi que as relações internacionais no setor de energia entre estes países não se limitam às relações entre Estados nacionais, mas que ocorre também a partir das relações de empresas privadas com outras empresas privadas, entre empresas privadas e o Estado.

Na conclusão chega-se a algumas análises sobre a importância dos estudos de energia nas relações internacionais que abrangem não somente o âmbito da segurança energética, mas também no âmbito dos estudos do mercado de energia como uma commodity assim como nos estudos sobre “energy diplomacy”.

# 2 AS DEFINIÇÕES DE ENERGY DIPLOMACY, ALIANÇAS, POTÊNCIAS, INTERDEPENDÊNCIA, RELAÇÕES EMPRESA-ESTADO E ENERGY DIPLOMACY

## 2.1 A ENERGIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O CONCEITO DE “ENERGY DIPLOMACY”

De acordo com Chanban et al (2015), a literatura acerca dos conceitos de interações globais na agenda de energia é dividida em três, sendo elas: a) “*energy governance*’; b) “*energy markets*”; c) “*energy diplomacy*”. Estes três conceitos são bastante distintos, a respeito do conceito de “energy governance”, este discorre sobre uma governança que é definida como uma forma de coordenação e cooperação, que envolve múltiplos atores, em distintos níveis do sistema, e que almejam regular relações interestatais e transnacionais no setor de energia[3]. Seguindo para o conceito de “energy market” a energia é considerada um commodity e faz parte de um instrumento de comercialização e cadeia logística de energia. No mercado europeu através dos processos de desregulamentação do mercado de energia, esse conceito de energia como commodity e que vai além da estratégia de segurança nacional

[3] Muller et al (2015, apud CHANBAN et al)

é mais visível e estudado. Ainda que no Brasil desde 1998 tenha se iniciado o processo de desregulamentação do mercado de energia elétrica, com gradual alteração na legislação e com abertura para empresas privadas, estatais, nacionais e transnacionais concorrerem, o número de pesquisas encontradas sobre o tema de energia e relações internacionais em português foi pouco expressivo. Por esta razão esta pesquisa busca trazer esta proposta de tema e analisar este conceito. O terceiro conceito analisado, o de “energy diplomacy” trata-se da influência e sua prática em negociações nas relações de energia nas relações internacionais[4]. Dentre outros autores identificados sobre este tema, um deles afirma que por mais que energia e diplomacia são temas que adentram às relações internacionais, o conceito de “energy diplomacy” não existe, e a energia fica abaixo dos interesses do Estado. Mas não é somente esta perspectiva que Chanban et al (2015) traz por meio de sua pesquisa, é trazido também um contraponto de que o conceito de “energy diplomacy” vai muito além do que o debate de segurança energética.

Para Fuser (2013), há uma referência ao fato de que o comércio e o consumo de energia têm se tornado de importante relevância no cenário internacional, chegando ao ponto de correlacionar os conflitos internacionais com esses dois temas: comércio e consumo de energia. O autor traz grande enfoque para importância destes dois temas correlacionando-os com guerras e áreas específicas com maiores tensões internacionais.

Partindo para as contribuições de Strange (2015), a autora dedica uma parte do capítulo chamado “The Secondery Power Structures” falando sobre especificamente sobre energia. Para todas as economias desenvolvidas, independentemente do plano e orientação sobre o mercado de energia do respectivo país em questão, a energia é vital como fator de produção[5]. A energia está presente no consumo das pessoas, está na rotina das empresas, das indústrias, nos meios de transporte e cadeia logística, nos hospitais, sendo assim, se há uma interrupção no fornecimento de energia, há um colapso em toda a sociedade de um país.

Com relação à história do desenvolvimento do uso da energia e o impacto e influência do petróleo sobre o consumo de energia mundial por décadas, Griffiths (2019) afirma que a partir do início da década de 1970 a participação do petróleo no consumo mundial começou a cair de 85% e se estabilizou em 80%, mas que com o avanço da migração energética para fontes renováveis, impulsionados pelo barateamento dos custos para esta transição energética, assim como ações de combate ao impacto ambiental ocasionados por fontes de combustão de petróleo e combate à emissão do dióxido de carbono, este percentual continua mudando, com a tendência de aumentar o percentual de geração de energia renovável. Para

[4] Chanbam et al (2015, p. 461)
[5] Strange (2015, p. 296).

Griffiths (2019) o processo de alteração na matriz energética caminha com os avanços tecnológicos, através dos processos de eletrificação, como crescimento e aprimoramento das redes de transmissão e obtenção de maior alcance geográfico em sua infraestrutura, assim como o processo de digitalização. Como foi previamente apresentado, este trabalho tem o objetivo realizar um estudo sobre a energia nas relações internacionais, estudando a diplomacia e as relações Estado-Estado, para Griffiths (2019) estas alterações na matriz energética mundial trazem desafios e oportunidades que estão atreladas ao gerenciamento das relações internacionais por meio da diplomacia. Outro fato trazido sobre a energia, é que, segundo Fuser (2013) o grau de desenvolvimento das sociedades está atrelado ao consumo de energia, ou seja, estudar a energia nas relações internacionais está conectado aos estudos sociais econômicos e não meramente estudos administrativos. A matriz energética e elétrica de um país afeta no desenvolvimento e plano econômico de um país, possui impactos sobre a balança comercial, receita fiscal e sobre os gastos e investimentos do Estado (FUSER, 2012). O estudar do tema de energia nas relações internacionais proporciona um desafio ao pesquisador com relação às bibliografias, estudar a energia ainda não é um dos temas principais que são estudados nas relações internacionais. Na perspectiva realista o estudo da energia nas relações internacionais está atrelado à questão de segurança do Estado, poder nacional e os conflitos que são ocasionados pela disputa por este recurso, como exemplo os conflitos da década de 1970 pelo petróleo. Com relação ao institucionalismo liberal e a interdependência, este substitui o conflito pela cooperação no sistema internacional (Fuser, 2012). Com relação aos estudos da interdependência, esta perspectiva de certa forma possui limitações em sua abordagem, por terem maiores estudos sobre os EUA.

> Assim como os autores realista, Keohane e Nye abordam o assunto do ponto de vista dos países ricos, sobretudo dos Estados Unidos. Ignoram as preferências dos Estados e dos atores sociais dos países periféricos e produtores de matérias-primas energéticas, o que limita a contribuição desses estudos (Fuser, 2012).

Partindo para as perspectivas críticas, segundo Fuser (2012), não há uma teoria especificamente marxista dentro das Relações Internacionais que analise os conflitos internacionais ocasionados disputas por recursos energéticos. Mas há uma contribuição de uma perspectiva que olha para os países mais desenvolvidos sua relação de exploração sobre os países menos desenvolvidos.

> Among the foreign policy tolls that can be leveraged to support a country in managing the geopolitical consequences of an energy transition, diplomacy is one of the most important (GRIFFTHS, 2019)

Griffiths (2019) realiza uma análise sobre o uso da diplomacia, mais especificamente do que ele cita como *energy diplomacy,* e seus impactos no *Gulf Cooperation Council (GCC),* no que diz respeito à agenda de redução de carbono na transição energética e o impacto para os países participantes do GCC. Por meio do seu estudo pode-se compreender que o estudo de aso realizado sobre os Emirados Árabes Unidos

## 2.2 CLASSIFICAÇÃO DAS POTÊNCIAS

Após o ano de 2000, é possível observar uma literatura que menciona o Brasil como uma Potência Média no cenário das relações internacionais, sendo assim, este trabalho traz citações sobre o conceito de potência, potências mundiais, potências menores e potências grandes. No decorrer histórico do Brasil, podemos observar que este país esteve relacionado com grandes potências, porém o Brasil durante três séculos foi uma colônia articulada pelos interesses dessas potências, como exemplo sua ex-metrópole no período colonial. Durante o século XX, com uma mudança no sistema internacional, o Brasil buscou destacar-se entre a sociedade internacional. Conforme citação abaixo, podemos observar que o Brasil possui algumas características que compõem o poder que sustenta uma potência, como por exemplo, a sua população, sua posição estratégica regional e sua extensão geográfica. Em contrapartida, durante o período estudado nesta pesquisa, o Brasil buscava desenvolver seus recursos econômicos e desenvolver sua produção industrial.

> O poder que faz uma potência é composto de muitos elementos. Seus componentes básicos são o tamanho da população, posição estratégica e extensão geográfica, recursos econômicos e produção industrial (Wight, 1985, p.5)

Seguindo as ideias da Escola Inglesa, assim como na política interna influência não significa governo, na política internacional influência não significa poder. “No final, é o poder concreto que resolve as grandes questões internacionais” (Wight, 1985, p.5).

O sistema internacional está sujeito às mudanças de suas potências, é possível observar que ocorrem disputas por poder entre as grandes potências durante toda a história. O tema mais conspícuo da história internacional não é o crescimento do internacionalismo, e sim a série de esforços, por parte de uma potência após a outra, para obter o domínio do sistema de Estados. Os EUA são um exemplo de potência dominante no século XX, uma potência dominante é como uma potência capaz de medir forças contra todos os rivais juntos, algo que atualmente e nas últimas décadas já é algo questionado, discutido e observado nas relações internacionais. Utilizando a ideia de Joseph Nye Jr. pode-se observar que as grandes potências buscam seu crescimento e para isso utilizam o que é conhecido como *soft power*. Pois cada potência dominante está engajada em um processo direto de engrandecimento,

mas em geral também apela para alguma forma de unidade ou solidariedade internacional (Wight, 1985, p. 11-18).

As potências dominantes são reconhecidas apenas por aqueles que serão beneficiados por ela, isso mostra ainda mais necessidade da utilização da barganha entre os países que querem alcançar um maior destaque no cenário internacional, vale ressaltar que a potência dominante não é um termo diplomático aceitável, os demais Estados do sistema de Estados reconhecem uma potência dominante de fato, seja por colaborarem com ela, seja por se unirem para resistir a ela (Wight, 1985, p.23).

Pensando em potências mundiais, não há como não pensar e citar o Conselho de Segurança da ONU, que assim como o Conselho da Liga das Nações, durante o período entre guerras, são instituições que em certa medida são almejadas pelos atores estatais internacionais para obter destaque no cenário internacional.

> O status de grande potência obtinha primeiro reconhecimento legal, o que conferia, ao mesmo tempo, o direito de possuir um assento permanente no Conselho da Liga das nações (Wight, 1985, p.26)

As potências mundiais têm interesse em articular seus interesses dentro de todo o cenário internacional, estas potências podem ser relacionadas ao termo do globalismo nas relações internacionais.

> O termo potência mundial é frequentemente usado para designar uma potência com interesses em todo o mundo (Wight, 1985, p.39)
>
> As grandes potências sempre foram uma minoria na sociedade dos Estados (Wight, 1985, p.45)

Tratando-se de potências menores, com o decorrer do tempo elas podem vir a ganhar destaque como potências regionais e potências médias, como é o caso do Brasil que desde o final da década de 1980 teve seu PIB em uma curva de crescimento e ganhando posições ao longo dos anos. O Brasil por ter um grande território, uma economia com o maior PIB da América Latina, possui características para ser uma potência média, e desde a criação do Mercosul com o Tratado de Assunção em 1991, o Brasil busca o reconhecimento como uma potência regional. Segundo Wight (1985, p.47) “existem dois tipos de potência menor que atingem uma eminência que as distinguem das demais: as grandes potências regionais e as potências médias”. Outra definição sobre potências nas relações internacionais pode ser definida como:

> O que qualifica uma potência média como tal é a natureza multifacetada de seu comportamento na esfera internacional. Uma potência qualificada como média tenderia a combinar estratégias unilaterais, de carona, de proeminência regional, de liderança e de reação à coerção de terceiros Estados. (Lima, 2020, apud SECCHES)

A definição de potências médias e diferentes tipos de potências sofre alterações de acordo com diferentes perspectivas, neste trabalho a proposta aplicada é de observar o Brasil, Canadá e Noruega a partir da perspectiva da Escola Inglesa, visando realizar um estudo que busque pontos que aproximem estes países e suas respectivas relações no setor de energia elétrica.

> In the last decades, Brazil has strived to increase its influence in global affairs. Brazilian foreign policy has become more affirmative and more active in regional and global forums, and many analysts have come to consider Brazil a rising middle power (Guimarães, 2017, p. 1)

O Brasil tem papel importante em termos regionais e em fóruns globais, possui ações diplomáticas que almejam destaque nas relações internacionais e entre países desenvolvidos e menos desenvolvidos. As definições de potência média são complexas, pode-se afirmar que elas não são estáticas, pelo contrário elas sofrem alterações com o tempo, são comportamentais, no sentido de como um país se posiciona e se estabelece a respeito de determinado tema.

> Nevertheless, the concept of middle power is elusive. On the one hand, it is structural and situational, pointing out the relative position of some countries in the state system, and the consequences of that position in terms of capabilities and power resources (Magalhães, 2017, p.2)

Visando trazer outras perspectivas que podem colocar o conceito de potência média e sua definição sobre o Brasil em cheque, há alguns autores que irão discordar da posição do Brasil como potência média. Seus argumentos são que o Brasil não alcançou características comportamentais e econômicas associado a tal conceito, assim como são levantados temas como a dificuldade do Brasil para se estabelecer como um líder regional, e sendo assim, seria um equívoco classificar o Brasil como uma potência média.

> some authors argue that Brazil should not be considered a middle power, since the country does not properly fit the most common behavioral and materialistic features associated with the concept (Jordaan 2003; Burges 2013; Ping 2005). Lima and Hirst (2006) also try to get past the middle power debate by considering the country an “intermediate power.” Malamud (2011) argues that Brazil’s increasing difficulties in establishing regional leadership show how classifying Brazil as a rising middle power can be misleading, due to Brazil’s limitations (Magalhães, 2017, p.3)

# 3 ESTUDO DE CASO DAS RELAÇÕES BRASIL-CANADÁ E BRASIL-NORUEGA NO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA BRASILEIRO

## 3.1 AS RELAÇÕES EMPRESA-EMPRESA, EMPRESA-ESTADO E ESTADO-ESTADO

Este trabalho irá analisar as relações internacionais por meio de relações entre empresa-empresa, empresa-Estado e Estado-Estado, Strange (2015) comenta já no início de seu livro que não escrevia um livro convencional, que seu livro não tem a pretensão de dizer aos leitores o que eles devem saber, ou então o que eles devem pensar. Reforça que sua sugestão é proporcionar a oportunidade ao leitor para criar um modo para pensar a política da economia mundial de tal forma que cada leitor tenha a possibilidade construir seu próprio pensamento[6]. Este trabalho não visa entrar no embate das teorias das relações internacionais, mas sim utilizar os teóricos propostos neste trabalho para trazer a percepção e análise das relações do Brasil com o Canadá e com a Noruega não somente pelas relações Estado-Estado, mas também pelas relações empresa-empresa e empresa-Estado. Seguindo nas percepções e interesses da autora, ela afirma que sua obra permitirá que o respectivo leitor escolha entre optar por perspectivas conservadoras ou radicais marxistas, que sua análise e livro não almeja atender um desses perfis para colaborar para todos[7]. A ideia deste trabalho é contribuir com a análise das relações internacionais do Brasil no setor de energia, que segundo Strange (2015) a função do ensino superior é abrir as mentes e não as fechar[8].

Para Nye (2010,p.82) a partir do conceito de “soft power”, não são somente os Estados que participam da construção da articulação de poder, estão envolvidas também outras instituições além do Estado, como corporações, instituições, ONGs e até mesmo indivíduos. Não há contradição entre o realismo e o “soft power” para Nye (2010), o “soft power” não é uma forma de idealismo ou liberalismo, é simplesmente uma forma de poder, e que poder ser mais vista no século XXI. A composição que forma o conceito de “soft power” pode ser compreendida a partir da seguinte afirmação:

> The soft power of a country rests heavily on three basic resources: its culture (in places where it is attractive to others), its political values (when it lives up

[6] Strange (2015, p.26). Na introdução do Capítulo 1, “The Conflict of Values and Theories” a autora esclarece seus objetivos a respeito do seu livro e como ela imagina que poderá contribuir aos estudantes e leitores do seu livro.

[7] Strange (2015, p.26). A autora explana que o leitor do seu livro pode ser uma pessoa com visões marxistas, conservadoras, nacionalistas ou com visões mais cosmopolitas como um cidadão do mundo, o leitor pode ser um idealista do liberalismo ou do protecionismo.

[8] Strange (2015, p.26) afirma “This is partly because I believe profoundly that the function of higher education is to open minds, not to close them.”.

> to them at home and abroad), and its foreign policies (when others see them as legitimate and having moral authority) (NYE, 2010, p.83).

O conceito de “soft power” traz como fator importante a questão cultural e a utilização desta como uma das determinantes de construção de relações internacionais, que como observado anteriormente não se limitam às relações entre Estados. No que diz respeito às relações de barganha e negociação entre Estados e empresas, Strange (1992) afirma que com a mudança de estrutura os Estados buscam negociar com empresas para que elas não deixem o país.

> The net result of these structural changes is that there now is greatly intensified competition among states for world market shares. That competition is forcing states to bargain with foreign firms to locate their operations within the territory of the state, and with national firms not to leave home, at least no entirely (Strange, 1992, p.6)

A diplomacia e a participação das empresas nas relações internacionais possuem correlação entre si segundo a afirmação de Strange (1992, p.10) que a importância das empresas como grandes atores no sistema mundial se torna óbvio para os líderes dos setores de finanças e industriais. Como exemplo, pode-se observar as abruptas alterações ocorridas no mercado e impacto nos Estados em momentos como a crise do petróleo, como o impacto das grandes empresas de petróleo na relação de poder dos Estados, as negociações de grãos e seus impactos na economia mundial, a influência das empresas químicas e farmacêuticas nos mercados.

> The importance of firms as major actors in the world system – will be obvious enough to leaders of finance and industry. They will not need reminding that markets may be moved, governments blown off course and balances of power upset by the big oil firms, by the handful of grain dealers, by major chemical or pharmaceutical markets. It will come as no surprise to them the game of diplomacy these days has two extra new dimensions as well as the conventional one between governments (Strange, 1992, p.10)

As empresas passam a ter participação significativa nas relações internacionais, certamente elas não substituem as relações e participação do Estado, mas elas contribuem para a construção de mais dois cenários. O cenário tradicionalmente estudado é o das relações diplomáticas entre dois Estados nacionais, e os dois novos cenários são as relações construídas entre Estado e empresa, e o terceiro as relações entre empresas. No decorrer do próximo capítulo será realizado um estudo de caso das relações Brasil-Canada e Brasil-Noruega, as relações Estado-Estado poderão ser observadas a partir dos estudos sobre os

atos internacionais celebrados dos respectivos países estudados. As relações Estado-empresa será observada a partir da abertura do mercado de energia no Brasil a partir de 1998, com o processo de desregulamentação do mercado de energia elétrica, onde empresas privadas nacionais e internacionais, sendo elas multinacionais e transnacionais, passam a poder integrar o mercado de energia elétrica brasileiro. Com relação às relações empresa-empresa no setor de energia elétrica, será possível observar duas empresas específicas Elera (canadense) e Statkraft (norueguesa) a partir das suas participações na geração e comercialização de energia elétrica no Brasil, seus investimentos no país e principais setores de geração de energia elétrica em que atuam. Além destas duas empresas, serão trazidas também a norueguesa Hydro Norsk, a empresa com participação de capital canadense Auren e a Equinor (canadense), a partir da análise da participação destas empresas no mercado, poderá ser observado o percentual de sua participação e valores investidos no mercado, assim como aquisições e parcerias com o governo brasileiro.

A perspectiva de que o Brasil é um país de dimensões de destaque e que deveria ocupar uma posição de ainda mais destaque no cenário internacional está atrelada, segundo Visentini (2013), a uma cultura política nacional que construiu a imagem de um país grande e forte, porém adormecido. Assim como há uma imagem de que o Brasil é o país do futuro, porém estas afirmações são um tanto quanto passionais, e de certa forma constrói uma afirmação passiva com uma aparência de algo bom, quando de fato é em certa medida um lamentar sobre a posição real que o Brasil ocupa no contexto internacional.

Visando conectar a importância da diplomacia como ferramenta utilizada pelos atores das relações internacionais, por meio da perspectiva da Escola Inglesa, observa-se que o Brasil assume uma posição de destaque no que diz respeito ao seu corpo diplomático.

> Um ponto a destacar é que o Brasil possui um dos melhores serviços diplomáticos do mundo e que, apesar de algumas oscilações promovidas por determinados presidentes, a nação apresenta uma política externa com fortes traços de continuidade, mais de Estado do que de governo, portanto. (VISENTINI, p. xii, 2013)

A diplomacia brasileira ao longo dos séculos sofreu alguns alinhamentos pendulares, migrando dos interesses europeus para interesses mais alinhados aos EUA, e até mesmo pendulando para uma política externa independente, visando interagir com uma maior quantidade de atores no cenário internacional. A formação social e nacional brasileira teve correlação direta com a expansão europeia dos séculos XV-XVI, com o processo de colonização e toda sua influência sobre as Américas. Durante quase quatro séculos, do século XV-XIX, a inserção internacional da região do Brasil, antes mesmo de sua independência, foi

ocasionada e desenvolvida ao longo dos séculos conforme os interesses das potências europeias, passando pelo mercantilismo inglês, e em seguida pelo liberalismo inglês[9]. Ao longo da segunda metade do século XIX e em seguido ao iniciar o século XX, o eixo da diplomacia política e econômica do Brasil assumiu uma nova postura, alinhando-se aos EUA e relações focadas predominantemente no âmbito hemisférico[10]. Posteriormente ao longo do século XX, a partir da grande depressão, em 1929, o Brasil com seu processo de industrialização, passa por momentos de atritos de divergências momentâneas com os EUA. Ao se observar historicamente o posicionamento diplomático do Brasil em termos políticos e econômicos passou por alterações, oscilações e influência de diversos países, com isso, este trabalho, visa olhar como as relações Brasil-Canadá e Brasil-Noruega atuam no setor de energia elétrica brasileiro, por meio das relações das empresas transnacionais e multinacionais.

## 3.2 AS RELAÇÕES BRASIL-CANADÁ E BRASIL-NORUEGA NO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

Segundo dados do MRE (2024) o Brasil foi em 2021 o país da América Latina que mais investiu no Canadá, estando na lista dos 20 maiores investidores no Canadá, em contrapartida o Canadá assume uma posição de enorme destaque como investidor no Brasil. Observando dados de 2010 até 2022, durante os 13 anos analisados o Canadá esteve entre os 12 maiores países que investiram no Brasil, somando investimentos em todos os setores da economia, a partir da classificação de análise do Bacen (2023) de “Investimento direto no País – Participação no capital – Distribuição por atividade econômica e por país investidor imediato”. E neste período por dez vezes o Canadá esteve entre os 10 maiores investidores no Brasil, estes dados demonstram a relevância do Brasil com um mercado ao qual o Canadá mantém um fluxo constante de investimentos.

| País | Ano | Ranking de “Investimento direto no País – Participação no capital – Distribuição por atividade econômica e investidor imediato”.por país |
|---|---|---|
| Canadá | 2010 | 10º maior investidor |
| Canadá | 2011 | 8º maior investidor |
| Canadá | 2012 | 8º maior investidor |
| Canadá | 2013 | 8º maior investidor |
| Canadá | 2014 | 11º maior investidor |
| Canadá | 2015 | 10º maior investidor |
| Canadá | 2016 | 9º maior investidor |
| Canadá | 2017 | 11º maior investidor |
| Canadá | 2018 | 12º maior investidor |
| Canadá | 2019 | 10º maior investidor |
| Canadá | 2020 | 8º maior investidor |
| Canadá | 2021 | 9º maior investidor |
| Canadá | 2022 | 8º maior investidor |

Tabela1 - Elaborado pelo autor a partir de dados do Bacen

[9] Visentini (2013)
[10] Visentini (2013).

A importância do Brasil nos investimentos no Canadá é tão importante quanto a do Canadá no Brasil, ambos assumem posição de destaque em seus respectivos mercados[11].

> Os dois países possuem relação de investimentos sólida e de longa data. O Canadá é o nono maior investidor no Brasil (dados de 2021). O Brasil é o maior investidor da América Latina no Canadá, figurando na lista dos vinte principais países de origem do investimento direto estrangeiro. Em 2021, o estoque de investimento canadense no Brasil era de USD 19,7 bilhões e o de investimento brasileiro no Canadá, de USD 13,8 bilhões. (MRE, 2024)

A parceria quando se trata de transações bilaterais entre ambos os países é de significativa relevância, o comércio entre ambos os países registrou aumento significativo em termos de valores totais e em termos de crescimento anual percentual.[12]

> O Canadá é o 12º parceiro comercial do Brasil. No ano de 2022 o comércio bilateral ultrapassou, pela primeira vez, a marca de USD 10 bilhões, com expansão de 40,9% em relação a 2021. As exportações brasileiras alcançaram o patamar de USD 5,39 bilhões, alta de 9,6%, ao passo que as importações provenientes do Canadá somaram USD 5,16 bilhões, aumento de 100,6%. Naquele ano, o Brasil importou USD 3,7 bilhões em adubos ou fertilizantes químicos do Canadá, o que correspondeu a cerca de 72% do valor das importações brasileiras daquele país (alta de 151% em relação ao ano anterior). (MRE, 2024)

Conforme observado pelos dados divulgados pelos Bacen (2024), a Noruega tem um comportamento um pouco diferente do observado quando trata-se de compará-lo com o Canadá em termos de investimento estrangeiro direto no Brasil. Dentre os anos de 2010 até 2014 a Noruega ocupou as posições entre 24º e 22º maior investidor no Brasil. Mas a partir do ano de 2015 até 2022, este país saltou nove posições e chegou ao título de 15º maior investidor em 2015, e desde então oscilou entre as posições de 15º, 13º e 10º maior investidor no Brasil.

| País | Ano | Ranking de “Investimento direto no País – Participação no capital – Distribuição por atividade econômica e por país investidor imediato”. |
|---|---|---|
| Noruega | 2010 | 23º maior investidor |
| Noruega | 2011 | 24º maior investidor |
| Noruega | 2012 | 22º maior investidor |
| Noruega | 2013 | 23º maior investidor |
| Noruega | 2014 | 22º maior investidor |
| Noruega | 2015 | 15º maior investidor |
| Noruega | 2016 | 14º maior investidor |

[11] MRE, 2024 https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/canada#:~:text=O%20Canad%C3%A1%20%C3%A9%20o%2012%C2%BA,9%25%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%202021.

[12] MRE, 2024.

| | | |
|---|---|---|
| Noruega | 2017 | 15º maior investidor |
| Noruega | 2018 | 15º maior investidor |
| Noruega | 2019 | 15º maior investidor |
| Noruega | 2020 | 13º maior investidor |
| Noruega | 2021 | 10º maior investidor |
| Noruega | 2022 | 13º maior investidor |

Tabela 2 - Elaborado pelo autor a partir de dados do Bacen

Matriz energética e matriz elétrica

Uma diferença importante a ser feita e bem compreendida para a continuidade da análise proposta nesta pesquisa é a respeito da diferença dos conceitos de matriz energética e matriz elétrica. A matriz energética de um país representa todas as fontes de energia consumida em um país, não somente a eletricidade, mas todas as fontes de energia utilizadas em diversos setores do país, como transporte, indústria e consumo doméstico. Alguns exemplos da composição deste conjunto de fontes de energia podem ser dados como a energia utilizada para movimentar carros, trens, navios, aviões; ou a preparação de alimento nas casas, a energia utilizada para preparar comida, a energia utilizada para gerar eletricidade. Já a matriz elétrica corresponde a uma parcela do que é a matriz energética, a matriz elétrica é composta por toda a fonte de energia gerado para consumo de energia elétrica.

> Enquanto a matriz energética representa o conjunto de fontes de energia utilizadas para movimentar os carros, preparar a comida no fogão e gerar eletricidade, a matriz elétrica é formada pelo conjunto de fontes utilizadas apenas para a geração de energia elétrica. Dessa forma, podemos concluir que a matriz elétrica é parte da matriz energética. (EPE, 2024)

Este trabalho trouxe conclusões sobre a matriz elétrica brasileira por meio de fonte renováveis que em 2022 correspondeu a 88%, já a norueguesa chegou aos 99%, e a canadense ficou em 69%, todos acima da média mundial que é de aproximadamente 30%. Com isso nota-se uma característica importante em comum entre o Brasil e estes dois países, que pode convergir a um interesse mútuo de desenvolvimento da agenda de construção de uma matriz elétrica sustentável. Assim como citado por Wight (1986) características em comum e interesses semelhantes podem trazer países a buscarem objetivos mútuos e estabelecerem alianças entre si.

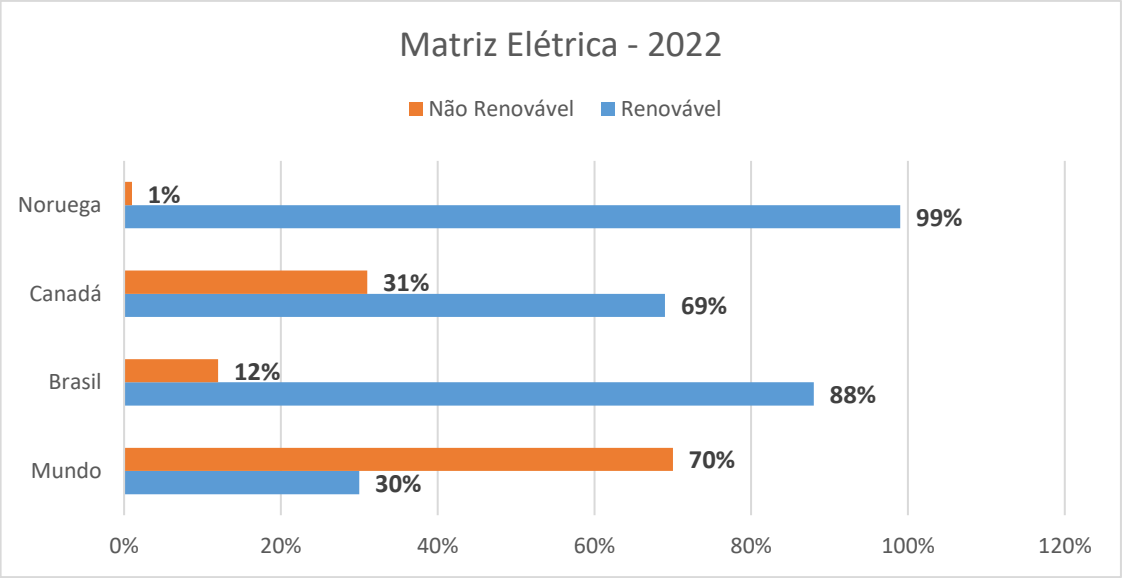


Figura 1 - Matriz Elétrica por país. Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da IEA.

Olhando para os números percentuais da matriz energética brasileira, observa-se que em 2022 foi registrado um percentual maior que a média global de 14%, o Brasil registrou mais de 47%, já a Noruega registrou mais 55% e o Canadá registrou 17%, ficando acima da média mundial que é próximo dos 14%. No caso da análise da matriz energética, o Brasil e a Noruega possuem este indicador em comum como acima da média mundial, e com um percentual de diferença entre si de aproximadamente 10%, Brasil e Noruega possuem uma matriz energética semelhante e com expressiva participação de energia renovável, mas também expressiva participação de energia não renovável, proveniente da produção de petróleo e seus derivados. O que traz mais uma sinergia e tema semelhante entre ambos os países, e que uma troca de *expertise* pode ser mais fácil e mais bem adaptada de um país para outro.

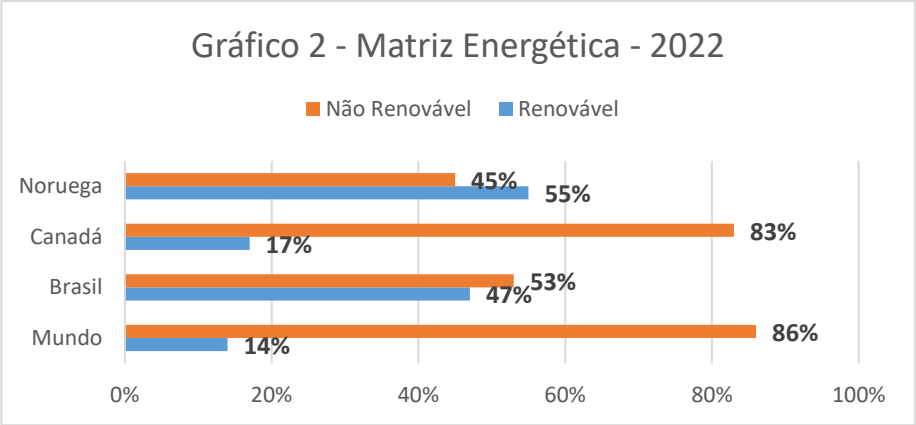


Figura 2 - Matriz Energética 2022. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IEA

Por final, observa-se importante participação e fatia do mercado de energia elétrica brasileiro ocupado por empresas canadenses e norueguesas.

| Ranking | Empresa | MWmédio Maio/2024 | % |
|---|---|---|---|
| 1 | EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPACOES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A. – ENBPAR (Vinculada ao MME – Ministério de Minas e Energia) | 7.019,16 | 7,84 |
| 2 | BANCO BTG PACTUAL S.A. | 3.835,98 | 4,29 |
| 3 | RAIZEN POWER COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA (Participação dos EUA) | 3.786,12 | 4,23 |
| 4 | SANTANDER CORRETORA DE SEGUROS, INVESTIMENTOS E SERVICOS S.A. (Espanhola) | 3.598,98 | 4,02 |
| 5 | AUREN COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. (Participação canadense) | 3.224,09 | 3,60 |
| 6 | COPEL COMERCIALIZACAO S.A. (Participação dos EUA) | 2.531,80 | 2,83 |
| 7 | ENEL TRADING BRASIL S.A (Italiana) | 2.472,60 | 2,76 |
| 8 | CASA DOS VENTOS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. (Participação da França) | 2.416,36 | 2,70 |
| 9 | EDP TRADING COMERCIALIZACAO E SERVICOS DE ENERGIA AS (Portuguesa) | 2.306,66 | 2,58 |
| 10 | ENGIE BRASIL ENERGIA COMERCIALIZADORA LTDA (Francesa, Participação dos EUA) | 2.291,80 | 2,56 |
| 15 | ELERA (Canadense) | 1.617,37 | 1,81 |
| 17 | NORSK HYDRO ENERGIA LTDA (Norueguesa) | 1.236,98 | 1,38 |
| 26 | STATKRAFT (Norueguesa) | 918,67 | 1,03 |

Tabela3 - Elaborado pelo autor a partir de dados da CCEE.

## CONCLUSÃO

Como conclusão desta pesquisa para a primeira hipótese nota-se que não somente países como EUA e China são os principais parceiros do Brasil em IED e no mercado de energia elétrica. Mas há significativa e crescente participação de dois países que em certa medida possuem características de potências médias, sendo eles o Canadá e a Noruega. Com relação à segunda hipótese, pode-se observar a relevância das relações do Brasil com a Noruega e com o Canadá no setor de energia elétrica também pela participação de empresas desses países no Brasil, não somente os 3 países se destacam em suas devidas particularidades no que tange a matriz elétrica e matriz energética, mas há uma notória participação da Noruega e do Canadá em realizarem investimentos significativos no Brasil desde 2010, e na participação no total de energia elétrica que estas empresas norueguesas e canadenses vendem no mercado de energia elétrica brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BREUNING, Marijke. **Foreign Policy Analysis. A Comparative Introduction**. 2007.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**. Brasília: Editora da UnB, 2002.

BURGES, Sean. **Brazil as a bridge between old and new powers?** International Affairs 89: 3. 2013.

BURGES, Sean. **Mistaking Brazil for a Middle Power**. Journal of Iberian and Latin American Research.Vol. 19, No. 2, 286–302. 2013.

CHANBAN, Natalia & KNODT, Michèle. **Energy diplomacy in the context of multistakeholder diplomacy: The EU and BICS**. Cooperation and Conflict, Vol. 50, No. 4 (December 2015), pp. 457-474 (18 pages). 2015

FLORINI, Ann & SOVACOOL, Benjamin K.. **Who governs energy? The challenges facing global energy governance.** Energy Policy Volume 37, Issue 12, , Pages 5239-5248. 2009.

FUSER, Igor. **Energia e Relações Internacionais**. Volume 2. Editora Saraiva. 2013.

GUIMARÃES, Paulo Roberto Ribeiro. **Brasil-Noruega: construção de parcerias em áreas de importância estratégica**. Funag, Brasília, 2011.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá & ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **From Middle Powers to Entrepreneurial Powers in World Politics: Brazil's Successes and Failures in International Crises.** University of Miami. DOI: 10.1111/laps.12032. 2017.

GRIFFITHS, Steven. **Energy diplomacy in a time of energy transition.** Elsevier. Volume 26, November 2019, 100386. 2019.
https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211467X19300793

HURREL, Andrew. **Paths to Power: Foreign Policy Strategies of Intermediate States**. Latin American Program Woodrow Wilson International Center for Scholars. 2000.

KEOHANE, Robert. **Lilliputians'dilemmas: small states in international relations.** International Organizations, v. 23, n. 2, 1969.

LIMA, Maria Regina Roares de. **The political economy of Brazilian foreign policy: nuclear energy, trade and itaipu.** Brasília: FUNAG, 2013.

MENEGATTI, Tiago F. **Integração Regional e a Horizontalização da Política Externa Brasileira: preferências do empresariado nos projetos de infraestrutura na América do Sul**. USP. Instituto de Relações Internacionais. 2020.
Acessado em 20/03/2024 https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-21042021-160330/pt-br.php

NYE, Joseph S. **The Future Power**. Whashington DC: Public Affairs, 320 p., 2010.

PECEQUILLO, Cristina Soreanu. **Teoria das Relações Internacionais: O Mapa do Caminho – Teoria e prática**. Rio de Janeiro. 2016.

PIMENTEL, Fernando. **O fim da Era do Petróleo e a Mudança do Paradigma Energético Mundial: Perspectivas e Desafios para a Atuação Diplomática Brasileira**. Funag, Brasília. 2011.

SARTORI, Giovanni. **Comparación y método comparativo**. In la comparación en las ciencias sociales. Madrid. Alianza. 1994.

SECCHES, Daniela V. et al. **Potências médias e potências emergentes na economia política internacional: uma aproximação teórico-conceitual.** Revista Sociedade e Cultura | ISSN: 1980-8194 DOI: 105216/sec.v23.e59666. 2020.

STRANGE, Susan. **States and Markets.** Blomsbury Academic. Volume 3, 2015.

STRANGE, Susan. **States, Firms and Diplomacy**. International Affairs, Volume 68 (1) – Jan 1, 1992.

STRANGE, Susan. **The Retreat of the State: The Diffusion of Power in the World Economy.** Cambridge University Press. 1996.

TOLMASQUIM, Maurício Tiommo *et al*. **Marcos regulatórios da indústria mundial do petróleo.** Rio de janeiro: Synergia: EPE, 2011.

WIGHT, Martin. **A política do poder**. Brasília: Editora de Brasília, 1985.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A projeção internacional do Brasil 1930-2012**. Rio de Janeiro: Editora de Elsevier, 2013.

_____. Ministério de Relações Exteriores do Brasil. Acordos celebrados pelo Brasil. Acesso em 19/02/2024. https://concordia.itamaraty.gov.br/

_____. Banco Mundial. Relatório sobre clima e desenvolvimento para o país. Brasil. 2023. Acesso em 09/08/2023. https://documents1.worldbank.org/curated/en/099050123155511882/pdf/P1761580a79b5b0c80b34c01afa40534151.pdf

_____. **Catálogo de teses da capes.** Acessado em 20/03/2024 https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/

_____. **Base de dados, Scopus**. Acesso em 10 de fevereiro de 2024.

_____. **Data, United Nations**. Acesso em 14 de fevereiro de 2024. https://data.un.org/Data.aspx?d=EDATA&f=cmID%3AEC

_____. **Energy Statistics Data Browser, IEA**. Acesso em 15 de fevereiro de 2024. https://www.iea.org/data-and-statistics/data-tools/energy-statistics-data-browser?country=NORWAY&fuel=Energy%20supply&indicator=ElecGenByFuel

_____. EPE. **Energia Renovável e Não Renovável**. Acesso em 15 de maio de 2024.

https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/fontes-de-energia#:~:text=S%C3%A3o%20exemplos%20de%20fontes%20renov%C3%A1veis,das%20mar%C3%A9s%20e%20das%20ondas

_____. MRE. **Relatório Programa de Diplomacia da Inovação**. Acessado em 15/04/2024. https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/ciencia-tecnologia-e-inovacao/Relatrio2023ProgramadeDiplomaciadaInovao.pdf

_____. MRE. **Setores de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTECs)**. Acessado em 15/04/2024. https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/ciencia-tecnologia-e-inovacao/setores-de-ciencia-tecnologia-e-inovacao-sectecs

_____. MCTI. **Política Nacional da Inovação**. Acessado em 15/04/2024. https://inovacao.mcti.gov.br/